

REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA: A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ECONÔMICO¹

SOUTHWEST BAHIA: THE ORGANIZATION OF ECONOMIC SPACE¹

*Dermeval Passos **

RESUMO — *Este artigo analisa a organização do espaço econômico em uma região do Estado da Bahia, no Nordeste do Brasil, denominada Sudoeste Baiano. Parte-se do pressuposto que a organização atual da economia nesse espaço territorial, e suas restrições, resultam de determinantes históricas, tais como, o de uma estrutura agrária altamente concentrada, baixa utilização da terra como meio de produção, em função da adoção da pecuária bovina de caráter extensivo, além de limitações do desenvolvimento das forças produtivas e da organização da produção no setor urbano industrial. Procura-se mostrar, também, que as recentes mudanças que estão ocorrendo na economia nacional e no cenário internacional dificultam ainda mais o desenvolvimento socioeconômico desse espaço e potencializam o desaparecimento e/ou diferenciação de processos produtivos, empobrecimento e marginalização de segmentos sociais, além de reordenamentos institucionais e degradação ambiental.*

PALAVRAS-CHAVE: *Organização do Espaço; Espaço Econômico; Desenvolvimento Regional.*

ABSTRACT — *This paper attempts to analyse the organization of economic space in the so-called “Bahian Southwest”, a region in the State of Bahia, Northeastern Brazil. It is assumed that both the current arrangement of the economy in this territorial space and its constraints are a function*

¹ Este artigo foi extraído de um trabalho mais amplo feito pelo autor, para o *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – Sudoeste da Bahia – CAR/UESB*, Salvador, 2000.

*Prof. Assistente (DCIS/UEFS). E-mail: dermepassos@uol.com.br
 Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de CIS. Tel./Fax (75) 224-8049 – BR 116 – Km 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460.

of historical determinants such as a highly concentrated agrarian structure, little use of the land as a means of production due to the choice of extensive bovine cattle breeding and the restrictions on the development of productive forces, and the social organization of production in the urban industrial sector. Recent changes in the national economy and in the international scene are shown to render the development of this socioeconomic space difficult and to prompt the disappearance and/or the differentiation of the productive processes, impoverishment and marginalization of social segments, as well as institutional rearrangements and environmental degradation.

KEY WORDS: *Economic Space Organization; Development Socioeconomic Regional*

INTRODUÇÃO

Para entender a atual organização do espaço econômico Sudoeste da Bahia, é preciso levar em conta, de antemão, a forma de apropriação da terra no Brasil e, conseqüentemente, as relações sociais de produção advindas do domínio sobre esse meio fundamental de produção na agricultura. Também devem ser consideradas as transformações que estão ocorrendo mais recentemente nas economias nacional e internacional, cujo resultado é a aceleração das diversidades inter e intra-regionais, que vem proporcionando mudanças como o desaparecimento ou diferenciação de processos produtivos, empobrecimento e marginalização de segmentos sociais, reordenamentos institucionais e degradação ambiental.

A gênese da história econômica dessa região é a da ocupação do Alto Sertão da Bahia, em função de um desdobramento da economia iniciada no litoral e que se interiorizou com a instalação da pecuária bovina e com a mineração, quando se formaram, no final do século XVIII, as primeiras povoações que irão constituir depois os centros urbanos do Sudoeste Baiano. A forma da apropriação das terras da região não as tornou imediatamente produtivas, mas viabilizou uma acumulação originária de capital na esfera da circulação de mercadorias.

O modelo de ocupação com base na apropriação de grandes glebas de terra colocou as condições objetivas para o surgimento de uma estrutura econômica, sendo a fazenda de gado menos uma unidade produtiva e mais um espaço de movimentação do capital mercantil. A acumulação inicial de capital na região se dava através do aluguel de pastos, venda de alimentos, estadia etc. Essa característica de desenvolvimento limitou a expansão das forças produtivas e impediu o surgimento de relações de produção capitalistas no agro regional, tornando hegemônico essa forma de capital. A manutenção, por vários séculos, deste padrão de organização econômica, foi determinante para a constituição do modelo da economia regional, dado que não ocorreu, como no caso clássico, uma transformação do capital mercantil em capital produtivo, ou, em outras palavras, forças produtivas capitalistas não foram criadas para reproduzir internamente o conjunto da economia. Por um longo período, portanto, não se inicia uma economia tipicamente capitalista, com a modernização das forças produtivas e da organização social da produção, via a instalação de uma industrialização na região.

Plasmado por essa feição regional construída, historicamente, com base em uma organização econômica tipicamente agrícola, de estrutura fundiária altamente concentrada e sob a hegemonia do poder latifundiário, o Sudoeste Baiano permanecerá, ao longo do tempo, como uma região sem maior dinamismo econômico e com grande exclusão social.

Nesse ponto, o Sudoeste da Bahia é bastante homogêneo em relação à maioria de seus municípios e iguala-se a outros espaços regionais do estado e do nordeste do país. A inexistência de transformações estruturais fez com que, até os dias atuais, a região, em semelhança à maior parte do território brasileiro, permanecesse sob o domínio dessa forma de produção e reprodução da vida material, com baixo desenvolvimento das forças produtivas, alta concentração da renda, reduzida ocupação da força de trabalho, pouca diversificação da produção, mercado interno restrito e socialmente excludente.

A fragilidade de sua industrialização, de baixo valor agregado manufatureiro, não criou um mercado de trabalho para o

excedente de população transferida do campo. Assim, a característica do espaço regional é a de não-integração dos setores econômicos e de não-incorporação da maioria da população nos mercados de trabalho e de consumo.

Uma outra característica que marcou o Sudoeste baiano, pela adoção desse modelo econômico, foi a grande disparidade nos níveis de desenvolvimento entre os municípios da região, onde Vitória da Conquista apresenta-se com o maior produto interno bruto municipal, seguido de Jequié e Itapetinga, sendo Caraíbas o município em pior situação.

A modernização conservadora estabelecida para o agro brasileiro a partir dos anos 70, em todas as regiões, manteve estas limitações estruturais, com o domínio da grande propriedade, onde a maior parte das terras é explorada em caráter extensivo com pouca inversão de capital e uso de mão-de-obra desqualificada e barata. Os reflexos diretos nas economias em que predominou esse tipo de unidade produtiva, como foi o caso da região Sudoeste da Bahia, são a não-complementariedade dos setores econômicos, baixa absorção de tecnologias, relações de trabalho arcaicas, mão-de-obra desqualificada e degradação do meio ambiente. A dependência para com as políticas públicas também tradicionais, nas quais imperam os incentivos e grandes subsídios para os detentores do poder político, faz com que essas economias possam continuar reproduzindo a sua lógica de existência.

1 O DOMÍNIO SOBRE A TERRA – A FORÇA DA TRADIÇÃO

Determinado por uma base econômica sob o domínio da pecuária bovina de caráter extensivo, estabeleceu-se um padrão de sociedade regional. As condições de clima, solo e altitude em algumas áreas e a favorabilidade de políticas públicas dirigidas para um dado segmento social no campo, viabilizaram a expansão da economia agrícola para outros ramos, com a introdução da produção de alguns *commodities* (café e cacau), como atividades também das grandes propriedades. Conformando ainda esse espaço econômico, sistemas

produtivos dos pequenos agricultores, foram estruturados a partir da exploração da fruticultura, olericultura, cana-de-açúcar e culturas alimentares básicas.

A não-modernização das atividades agrícolas na região do Sudoeste da Bahia induziu a permanência das tradicionais estruturas produtivas, com relações de trabalho também ultrapassadas. O avanço em parte das forças produtivas materiais, como a mecanização em determinadas etapas do processo produtivo para algumas culturas, viabilizado pela política de crédito agrícola subsidiado, não proporcionou uma modernização agrícola regionalmente, com o crescimento da produtividade do trabalho. Os resultados mais visíveis da continuidade desse modelo econômico foram o aumento do desemprego no campo, marginalização de segmentos populacionais e migração intensa para as grandes cidades. E a expansão do processo de urbanização nas maiores cidades da região refletiu uma intensificação da especulação com terras, movimento também acelerado pela política de crédito rural dos anos 70. O Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, implementado em meados desses mesmos anos, quando aumentou a participação da Bahia no cenário nacional da cafeicultura, alimentou o processo especulativo desse meio de produção. Esses fatos proporcionaram um crescimento do comércio regional, notadamente no setor de implementos agrícolas, máquinas e equipamentos em Vitória da Conquista.

A manutenção do clássico modelo da economia agrícola regional tem muito a ver com alguns aspectos históricos, políticos, culturais e com as características ambientais do Sudoeste Baiano. A economia permanecerá ao longo do tempo tendo como referência principal a exploração da terra baseada na grande propriedade, cuja finalidade principal passa a ser a engorda de animais e, conseqüentemente, o comércio do gado, sendo assim uma atividade fundamentalmente de caráter mercantil. Deve-se levar em conta, também, que a história da política agrícola no Brasil é a de seu direcionamento total para os grandes proprietários de terra, ou como aconteceu nos anos 70, com o PROTERRA, voltada para um segmento da classe média urbana, na tentativa de se criar uma nova classe pro-

dução no campo. Um outro fator que contribuiu para a fixação do modelo foi o de ser uma atividade conduzida na região, fundamentalmente por fazendeiros, isto é, por grandes proprietários de terras que a exploram com a pecuária extensiva. Apenas em algumas experiências pontuais, nas quais empresários desenvolvem uma pecuária moderna, a pecuária local conseguiu alçar-se para um outro padrão. Outros determinantes para a manutenção desse perfil de economia agrícola são as condições ambientais, nas quais cerca de 62% de seu espaço está incluído no semi-árido nordestino, segundo os parâmetros da SUDENE. Essas condições determinaram o padrão produtivista, no que se refere ao tipo de rebanho e à adoção dos sistemas de manejos que melhor se adaptavam a essa situação.

A pecuária, atividade de maior importância na economia agrícola regional, em termos de valor da produção e de utilização das terras, permanece, ao longo do tempo, com o caráter de ser uma exploração bastante tradicional, mantendo ainda as características originárias. Não conseguiu se articular com as cadeias produtivas modernas da carne e do leite, o que a impediu de se integrar com a dinâmica mais recente da economia, através de uma ligação com os elos dessas cadeias. Sem introduzir novos produtos e processos, foi incapaz de alavancar o desenvolvimento regional, contradizendo os discursos dos tradicionais beneficiários da política agrícola. Permanece como uma atividade limitada ao mercado macrorregional, excessivamente intermediada entre a produção e o consumo e que está restrita apenas ao abate de animais para venda da carne e do couro, quando muito, realizando simples processamentos industriais.

O rebanho local é fundamentalmente de utilização tardia, sendo o abate dos bovinos feito, em média, de quatro anos, diminuindo a qualidade da carne e a rentabilidade do pecuarista. A produção de novilho precoce, visando o abate de animais com peso entre 14 e 16 arrobas e com idade não superior a 2,5 anos, vem melhorando o aumento do desfrute, mas ainda é tímida essa inovação na região. Permanece também como um fator limitante para a atividade a existência, em alguns locais, de problemas sanitários e abates clandestinos, influenciando

na qualidade dos produtos oferecidos à população. Algumas instruções normativas, como a portaria 304 do Ministério da Agricultura e ações desenvolvidas pelos governos federal e estadual na erradicação de algumas enfermidades, como a febre aftosa, têm contribuído para a melhoria do desempenho econômico dessa atividade, mas não resolvem os problemas de sanidade animal.

Um dado negativo que interfere na melhoria desse desempenho é a fragilidade nas relações entre criadores, frigoríficos, atacadistas e varejistas, em função das características da pecuária regional, existindo apenas relações informais entre esses segmentos da cadeia produtiva. A concorrência com a carne de frango, em função de seu *baixo preço* nos últimos anos, proporcionado por ganhos de produtividade obtidos dentro da cadeia produtiva, tem sido, também, um elemento de influência na retração da produção de carne bovina, face à concentração da renda.

Os novos desafios colocados pelo ambiente de exacerbação competitiva, impostos pelo reordenamento recente da economia internacional, colocam uma série de problemas que rebatem diretamente no modelo então utilizado na pecuária regional. A exemplo da organização da pecuária brasileira como um todo, torna-se difícil a adoção de um modelo moderno de exploração e sua generalização, pelo fato de existir uma grande disponibilidade de terras aptas para esse tipo de atividade (já apropriadas pelos fazendeiros) resultando em uma exploração de baixo custo produtivo e sem necessidade de investimentos em técnicas de confinamento total, em função do baixo consumo de carne por parte da população.

Estudos já desenvolvidos mostram que as restrições colocadas pelo incipiente nível de tecnologia empregado na pecuária terminam por incentivar a permanência da baixa adoção de tecnologias no núcleo produtivo e o uso de algumas práticas tradicionais que justificam os poucos investimentos realizados. Mesmo com os financiamentos obtidos via o crédito agrícola subsidiado, foram esses em grande parte transferidos para outros setores da economia, também não-produtivos. O resultado disso, como ocorre em todo o país, é a manutenção do modelo tradicional da grande fazenda.

Como acontece com a bovinocultura de corte, a deficiência na pecuária leiteira é, principalmente, de organização, tecnologia e da própria cultura do pecuarista local, as quais conduzem esse segmento da pecuária para constituir uma atividade econômica de baixos índices de produtividade e rentabilidade, além de sua limitação com relação à ocupação da força de trabalho regional. Quando muito, ocorrem alguns avanços pontuais em determinados elos da cadeia produtiva, a exemplo das ações recentes na área de fiscalização exercida pelo serviço de defesa animal, controlando o comércio de leite clandestino e seus derivados.

A caprino-ovinicultura, um outro ramo da pecuária, vem ganhando destaque em alguns municípios da região, mas carece ainda de uma estruturação para ser considerada como uma atividade econômica de rentabilidade, capaz de atrair maiores investimentos. Sem também se integrar em cadeias produtivas de carne e leite, mantém-se como uma atividade marginal no segmento da pecuária regional. De uma maneira geral, é uma atividade exercida pelos médios e pequenos proprietários. As condições de criação e abate dos animais são consideradas bastante precárias. Superar problemas relacionados com a tecnologia de produção, fragilidades dentro das cadeias produtivas (carne e leite) e qualidade dos produtos ofertados, significa introduzir mudanças tanto na organização da produção como na dos produtores, além de uma melhor atuação governamental com os instrumentos de política sob sua responsabilidade.

É preciso levar-se em conta que essa é uma atividade de maior vantagem comparativa em função de sua adequação às condições ambientais de grande parte do espaço regional. Aproveitar essas vantagens dinamizando-as como elemento de competitividade poderá contribuir para uma expansão do mercado, tanto pelo lado da oferta como pelo lado da demanda, desde que algumas medidas de políticas sejam adotadas. Mas o desenvolvimento do agro regional requer mudanças na estrutura da economia (inclusive agrária) e esforço concentrado para uma revisão nas políticas macroeconômicas do país. Especificamente para a atividade, mudanças na base técnica

produtiva e capacidade de gestão dos negócios, além de novas formas de organização dos produtores, são mecanismos de competição no mercado. A introdução de condições objetivas para o encadeamento agroindustrial, com diversificação de produtos e melhoria da qualidade, também faz parte dos requisitos necessários para o crescimento da pecuária.

Situação idêntica é a da suinocultura, sendo a modernização, também, a única possibilidade para sua sobrevivência. A ação conjunta de Governo, pecuaristas, frigoríficos e varejistas, para que ocorram transformações nesses segmentos organizacionais, é o caminho fundamental para a melhoria da qualidade, produtividade, distribuição e comercialização dos produtos gerados pelo setor. Tendencialmente, esse setor aponta para a diminuição do número de criadores e a elevação da quantidade média de matrizes e de reprodutores. A elevação do consumo de carne de suíno no mercado internacional é um fator estimulante para a qualificação do produto regional, desde que esse consiga se reestruturar.

2 A ECONOMIA AGRÍCOLA CAFEEIRA: A MANUTENÇÃO DE UM MODELO AGRÁRIO

As facilidades colocadas pela política agrícola dos anos 70 para os grandes proprietários de terra no Brasil viabilizaram, também, a formação de um segmento produtivo de *commodities* na economia regional, porém dentro do mesmo perfil traçado pela visão elitista da política nacional, cujo objetivo maior era o de manter o apoio da classe dominante no campo, fundamental, na época, para o regime militar autoritário e socialmente perverso. Mas a crise financeira dos anos 80 e a política de abertura a qualquer preço, dos anos 90, colocaram em cheque tal modelo econômico, que se instalou no país a partir do projeto desenvolvimentista dos anos 50. De horizonte temporal de curto prazo, (o do discurso de 50 anos em 5), sob forte patrocínio do Estado brasileiro, esteve voltado, fundamentalmente, para os grandes centros urbanos, notadamente os do

sudeste do país, e dirigido para a burguesia nacional e para a classe média.

Do ponto de vista da economia regional, ganhou destaque com essa política a cafeicultura, também sob os auspícios do crédito farto e barato para aqueles que detinham o poder sobre a terra. E nos anos 80, dentre as duas *commodities* agrícolas produzidas no Sudoeste da Bahia, o cacau perdeu sua total importância, em função da crise que atingiu toda essa lavoura no país.

Admitida inicialmente como sendo a atividade econômica redentora para a região Sudoeste da Bahia, a cafeicultura terminou por encontrar suas limitações, face às restrições colocadas pela política de crédito agrícola, que não deve retornar mais às características dos anos 70, com grande disponibilidade em termos de volume e com fortes subsídios. A atual política de juros altos praticados no mercado nacional e as flutuações constantes nos preços das *commodities*, interferindo diretamente na cafeicultura regional, restringiram o número de produtores, que foram cada vez mais se diferenciando. A impossibilidade de competição no mercado nacional e, mais ainda, no internacional é cada vez mais uma realidade. Também interferem no desempenho dessa atividade, o não-retorno de políticas específicas, como a do “Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais”, pela incapacidade de endividamento do Estado brasileiro, mola-mestra do crescimento econômico até os anos 80. Ademais, podem-se ressaltar, as restrições inerentes ao sistema de produção dos cafezais do Sudoeste da Bahia, que está muito aquém dos requisitos necessários para uma economia competitiva, em tempos de voracidades dos mercados.

A falta de recursos para a manutenção dos plantios, a distribuição irregular de chuvas, as repetidas quebras de safras, a baixa produtividade dos cultivos locais e a fragilidade no encadeamento agroindustrial tornam-se empecilhos diretos para um desenvolvimento da cafeicultura regional.

Do ponto de vista da estrutura de produção, é baixo o grau de verticalização, e a articulação com os mercados é bastante restrita, tanto no atacado como no varejo, sendo este último

basicamente conduzido na instância regional através das torrefações locais, que operam com equipamentos totalmente ultrapassados. Como se trata de um bem agrícola de baixa elasticidade-preço da demanda, já se coloca uma limitação para a expansão da produção regional, que está voltada, principalmente, para o mercado nacional. E a baixa produtividade frente aos custos de produção, puxados cada vez mais pela elevação dos preços dos componentes importados dos insumos básicos, restringe a exportação, prejudicada, também, pela brusca flutuação de preços no mercado internacional de *commodities*, que interfere na atividade na região. Esses fatos influenciam a organização da produção agrícola, que se acomodou a uma política agrícola sempre favorável, em termos de fortes subsídios diretos ao produtor.

Essa cafeicultura de baixa competitividade, com custos de produção elevados, não obstante o baixo valor da variável mão-de-obra, pela abundância e desqualificação da mesma, demonstra cada vez mais a incapacidade de ganhos de produtividades. De uma maneira geral, ela passa por um surto de decadência, apesar da retomada do crescimento da produção em função da conjuntura atual de mercado, que deverá permanecer face aos poucos recursos técnicos adotados. A limitação posta pela fragilidade da cadeia produtiva exige transformações radicais necessárias no seu núcleo produtivo, com melhores racionalidades nos cafezais, portanto, mudanças significativas na sua base técnica. Experiências de outros estados produtores demonstram a necessidade, também, de melhorias da produtividade e qualidade do produto, via articulação com empresas torrefadoras e exportadoras.

A redução dos custos de produção, que poderá ser conseguida com uma melhor organização da produção, enquanto atividade capitalista que se propõe competitiva, demarcará a possibilidade de permanência da cafeicultura regional com inserção no mercado mundial, cujo cenário para o longo prazo tudo indica para a tendência de uma diminuição dos preços e aumento da oferta. Não pode permanecer a cafeicultura regional ao sabor das forças da natureza, quebra de safra nas regiões concorrentes e retração dos estoques no mercado internacional.

Descobrir nichos de mercado, a partir de uma melhor seleção e combinação de grãos, e novos processos para torragem e moagem, são atributos que podem garantir ao café regional novas oportunidades. Mas a permanência das políticas econômicas nacional, e internacional, não torna róseo tal cenário, até mesmo para os crédulos schumpeterianos, que acreditam na salvação nacional pela atuação milagrosa da inovação. Conclui-se, assim, que o modelo econômico tem que ser revisto, não vale mais a força da tradição.

3 A AGRICULTURA TRADICIONAL FAMILIAR

A agricultura familiar é uma atividade econômica desenvolvida por um segmento social que sempre se manteve à margem da sociedade e das políticas governamentais. Mas o pequeno agricultor, preso ao sentimento do domínio da propriedade da terra, vem esperando pacificamente pela possibilidade da melhoria das condições de vida através da ação do Estado, cujas políticas públicas, historicamente, sempre foram adversas para esse segmento. Só recentemente, uma reivindicação mais consistente vem sendo feita pelo movimento dos trabalhadores sem-terra -MST.

Controlando pequenas glebas de terra, o pequeno agricultor regional reproduz a mesma lógica de organização produtiva de seu antepassado, o caboclo do Brasil colonial, quando se instalou nas franjas da grande propriedade. Produzindo culturas alimentares básicas, com o uso da força de trabalho familiar e pequena inversão de capital, dedica-se aos plantios de feijão mandioca e milho e à criação de pequenos animais. Assim, tais atividades são desenvolvidas dentro dos padrões da agricultura familiar tradicional, na qual os meios de produção são escassos (terra e capital), a disponibilidade da força de trabalho é desproporcional em relação a esses meios e as tecnologias adotadas para os sistemas de produção são bastante rudimentares. Complementa esse quadro a não-favorabilidade das condições naturais na maior parte da região, para algumas culturas alimentares, sendo totalmente adversas a uma agri-

cultura com essas características. Os resultados são os baixos rendimentos dos cultivos e da produtividade do trabalho. Além dessas condições, o mercado doméstico é limitado em função do nível de renda da maioria dos consumidores desses bens, além da baixa elasticidade de preço da demanda dos produtos alimentares básicos, o que torna ainda mais limitada a possibilidade de expansão da economia regional com base, também, nesse modelo de exploração.

A produção depende das forças da natureza. O feijão e o milho produzidos passam por processos de beneficiamentos bastante limitados, que se reduzem, apenas, à secagem do grão, sendo produtos com pouca incorporação de valor e comercializados, praticamente, no mercado regional. A mandioca, que passa por um processo simples de agroindustrialização em pequenas unidades de processamento, para o fabrico de farinha, extração da fécula e produção de polvilho, tem uma importância regional para a geração de renda dos pequenos agricultores, porém não há grande diferença em relação aos outros dois bens alimentares.

Relatórios técnicos que se apóiam no discurso da sustentabilidade ambiental colocam que onde ocorre uma maior concentração dessas unidades processadoras de mandioca, os riscos de danos ao meio ambiente são maiores, dadas as condições precárias das casas de farinha, que não possuem qualquer tipo de tratamento para os resíduos. Superar esse problema ambiental parece ser quase impossível, em função dos investimentos necessários para modificar o processo produtivo agroindustrial, frente às condições de pobreza que enfrenta essa categoria de produtor. Ao invés de se fazer exigências para o equilíbrio ambiental, pelo sacrifício do pequeno agricultor, deve-se levar em conta a importância desses produtos na estratégia de sobrevivência dessas famílias, deixando-se de lado esta baboseira de que a poluição da terra provém das ações e práticas dos miseráveis. O que se faz necessário, em curto prazo, é a adoção de medidas de políticas que auxiliem na melhoria do padrão de vida desse segmento social.

O Sudoeste Baiano encontra, ainda, uma forte limitação para constituir uma área promissora na oferta de produtos alimentares, em virtude das potencialidades apresentadas por

outras regiões, como, o Oeste da Bahia e Baixio de Irecê, em função das disponibilidades de recursos naturais, solo e água. Essas áreas despontam como a tendência mais clara para o desenvolvimento dessas atividades, desde que são conduzidas por agricultores que dispõem de melhores condições, não apenas de recursos naturais, mas, de capital, enfrentando, assim, menores problemas.

Mais recentemente, outras atividades como a apicultura e a piscicultura incorporaram-se ao sistema produtivo regional dos pequenos produtores. A apicultura, que já era explorada há algum tempo, em caráter extrativista e de forma predatória, passou a adotar técnicas racionais, que levam em conta a preservação dos enxames, criação de colméias coletadas e exploração de vários produtos apícolas, sem prejuízo para as colônias. O surgimento de uma organização dos apicultores na região, APIS, é um fator de grande importância para o desenvolvimento da atividade. As melhorias na qualidade e diversidade de produtos já se fazem sentir com a formação dos novos apicultores. Além da produção do mel, pólen, geléia real e própolis, estão sendo incorporados à pauta da produção de bens originários da apicultura, contribuindo para o crescimento da renda do segmento social que se dedica a essa exploração econômica.

A piscicultura, enquanto atividade econômica, é desenvolvida na região, ainda em caráter experimental, nos municípios de Jequié e Itapetinga. Além desses dois municípios, Poções e Nova Canaã também apresentam um certo desenvolvimento com essa atividade, que vai da engorda de peixes, ao abate e filetagem do pescado, incorporando-se assim mais valor ao produto final. O aproveitamento da pele de peixe, também realizado na região, permite uma maior renda para os agricultores. Um dado característico da piscicultura local é que ela não chega a constituir atividade de maior importância na geração de emprego ou formação da renda de qualquer segmento social.

A cana-de-açúcar é um outro produto que vem sendo cultivado no Sudoeste da Bahia, por esse tipo de agricultor. Tem como finalidades maiores a alimentação animal, vindo em

seguida o fabrico de aguardente, rapadura e açúcar mascavo. A rigor, não existe uma integração agroindustrial, e a transformação do produto primário, quando existe, é tão-somente uma atividade artesanal desenvolvida nas pequenas unidades produtivas com base na mão-de-obra familiar. O cultivo da cana-de-açúcar se dá em áreas de sequeiro, com baixo rendimento físico e tem um reduzido aproveitamento dos seus subprodutos. O aproveitamento do bagaço da cana, quando é feito, serve para a alimentação animal, mas apenas daqueles animais criados junto as essas unidades de processamento. O bagaço não tem sido empregado como material energético pelas pequenas agroindústrias locais, o que reduziria a destruição de matas para queima de madeira. E o vinhoto também não é utilizado.

O uso da cana-de-açúcar na alimentação de ruminantes refletiu na expansão das áreas plantadas com cana na região. Na forma como é cultivada, torna-se um suplemento alimentar de baixo custo para os criadores, mas carece ainda de estudos para um melhor aproveitamento desse produto como suplemento alimentar para os animais na região.

Em que pese aos discursos oficiais, de que ações setoriais têm modificado as condições de produção dos pequenos agricultores, o que se observa, nas declarações das organizações mais coerentes dessa categoria social na região, é que existem muitas deficiências nos seguintes aspectos: a) falta de empenho das instituições governamentais; b) ausência de recursos dirigidos para este público alvo; c) abandono total da pesquisa e assistência técnica para a produção agrícola e agroindustrial dos pequenos produtores etc.

Não obstante o aparecimento de novas atividades que vêm diversificando a base da economia agrícola regional, elas são ainda formas muito recentes de organização da produção, não-generalizada nos seus diversos espaços, e que estão voltadas para mercados também restritos. Um outro dado é que elas têm uma menor participação na formação da renda dos produtores e no valor agregado do Sudoeste da Bahia.

Face a essa situação, passa a ocorrer um rebatimento também distinto entre os diferentes espaços da região. Aqueles cujas bases econômicas são fundamentalmente dependentes

das condições naturais e não há uma diversificação produtiva, os efeitos têm sido mais devastadores, tendendo para uma ampliação das desigualdades. É nesses locais que as carências requerem, pelo elevado nível de miséria, um conjunto significativo de ações de políticas públicas imediatas.

4 O RESTRITO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS: A INDUSTRIALIZAÇÃO REGIONAL

A industrialização tardia da economia regional, estruturada a partir do setor de produção de bens de consumo para assalariado, não implementará uma expansão significativa das forças produtivas na região, capaz de alavancar o seu desenvolvimento e determinar nova forma de reinserção dessa economia nas economias estadual e nacional, nem reverterá a hegemonia da pecuária bovina, como atividade produtiva regional, apesar das limitações anteriormente citadas. Desta maneira, a região do Sudoeste Baiano tende a permanecer com o mesmo papel na divisão espacial do trabalho. O resultado é a manutenção de uma economia agrícola pouco agregadora de valor e moldada pelas mesmas condições estruturais de sua fase originária, impedindo um avanço das forças produtivas e transformações nas relações de produção que sejam capazes de reverter o quadro de pobreza historicamente instalado na região.

Por conseqüência, manter-se-á a pouca capacidade da região na geração de excedentes produtivos e sua internalização. A inexistência de uma dinâmica endógena para se desenvolver colocou a região na dependência de forças externas. Quando o aumento da capacidade produtiva tornou possível a criação de excedente, esse foi transferido para outros espaços regionais, dado as próprias restrições da economia local em absorvê-lo, desde que a agropecuária era o único ramo no qual excedente poderia ser reinvestido, mas as limitações postas pelo tradicionalismo na exploração dessa atividade não permitiram que isso acontecesse. A inexistência de uma industrialização capaz de absorver tais excedentes e processar a produção

agrícola regional, criando a possibilidade de estruturação de cadeias produtivas no Sudoeste da Bahia, limitou a expansão das forças produtivas na região.

Conforme ainda a feição da economia regional, essa industrialização incipiente, moldada a partir do conceito de distritos industriais, que tinha como objetivo principal a maximização das potencialidades locais e, conseqüentemente, a atração de indústrias através de incentivos governamentais, fossem eles incentivos fiscais, financeiros e/ou de dotação de infra-estrutura física e de serviços. Dentro de uma lógica ultrapassada de desenvolvimento industrial, a industrialização, além de tardia, fundou-se no princípio da estruturação por municípios pólos de desenvolvimento, em um espaço onde as condições econômicas já eram precárias, isto é, os mercados e os capitais, além de pequenos, eram dispersos. Impossibilitou-se assim, desde a concepção do modelo de industrialização, a alternativa de consolidação de um segmento regional produtor de bens de consumo e de complementação à industrialização da Região Metropolitana de Salvador. Pautado nesse modelo de localização industrial, o resultado foi o da instalação de algumas indústrias na região, fomentadas por uma política estatal, que acreditava ser a industrialização, mesmo que retardatária, o vetor de desenvolvimento regional, tudo isso como o resultado da função de planejamento governamental. Da mesma forma que no ramo agrícola, era o Estado que normatizava, planejava e fomentava o desenvolvimento, viabilizando os recursos técnicos e financeiros.

A tão esperada complementariedade na industrialização da Bahia, pela via da construção de distritos industriais regionais (DIs), que se consolidariam através da produção de bens de consumo com um bom nível de integração das unidades produtivas, não se concretizou e, mais uma vez, o desejo dos planejadores ficou bem longe da realidade, desde que a região, como todas as demais que tomaram por base esse modelo, restou-se ao seu papel secundário de ser tão-somente mais um espaço de expansão linear da fronteira industrial estadual, no ramo da manufatura de alimentos, vestuários, minerais não-metálicos e mobiliários. Dentro da mesma lógica da tradição da

industrialização regional baiana, o grupo dos produtos alimentares ganhou o maior destaque, no que diz respeito à quantidade de indústrias existentes, inversões realizadas e ocupação de mão-de-obra no setor. A imaginada e desejada idéia de que os distritos industriais de Vitória da Conquista e Jequié determinariam uma expansão das forças produtivas, consumo dos insumos regionais e emprego de força de trabalho, pela intensividade das relações intersetoriais também não aconteceu. Nas experiências de industrialização dessa natureza, mesmo que impingidos analistas de carteirinhas oficiais tentem passar a idéia de redenção econômica regional em seus escritos decadentes, o que se vê, de uma maneira geral, nas chamadas industrializações regionais, se assim podem ser conceituadas, é a dominância de uma produção inferior de bens de consumo, salário, do tipo padarias, fábricas de sabão e vela, alambiques, casas de farinhas, e tudo o mais que se pode enquadrar nessa categoria econômica de industrialização periférica.

Admitia-se, ainda, que as indústrias aí localizadas se integrariam com programas agroindustriais, fomentando cadeias produtivas que, além de transformar a produção agrícola regional, a exemplo do café, caprinos e ovinos, mandioca e algumas olerícolas, criassem externalidades. O primeiro fato não ocorreu, e o segundo não foi significativo. O que tem de mais importante, atualmente, são as pequenas fábricas de polpa de fruta, de doces caseiros e sorveterias, demonstrando a limitação da industrialização regional.

Um outro resultado esperado com a constituição do modelo de industrialização, e que também não aconteceu, era o da expansão das áreas de influências dos distritos industriais. Porém, tais influências se restringiram aos espaços dos municípios onde se localizaram os DIs, em que pese a importância de Vitória da Conquista, como uma cidade que mantém intensas relações com outros municípios do Sudoeste da Bahia, com outras regiões e, até mesmo, com o norte de Minas Gerais.

O setor têxtil é um dos pilares da economia industrial regional, as mais importantes unidades produtivas de bens finais estão localizadas no Município de Jequié. O setor é constituído por empresas situadas, de uma maneira geral, na

ponta final do ramo de confecção. O padrão organizacional dessas empresas é diferenciado, existindo, de um lado, um pequeno número de unidades que realizaram alguma atualização tecnológica e desenvolveram programas de gestão empresarial e, de outro, onde está a maioria, as que são totalmente desatualizadas, ainda sobrevivendo porque operam, fundamentalmente, no mercado informal. Frente a essa situação organizacional e enfrentando uma competição bastante acirrada por empresas que dispõem de menores custos, como as localizadas na Ásia, a alternativa adotada tem sido a recorrência a uma vantagem comparativa clássica para a manutenção dos investimentos: a redução do custo salário. Sendo uma atividade de característica trabalho-intensivo, a estratégia não é a de uma redução da participação dos salários na estrutura dos custos das empresas pelo emprego de tecnologias mais avançadas, mas, uma diminuição do valor da mão-de-obra pelo rebaixamento do preço da força de trabalho, logo, uma maior exploração do trabalho. Mesmo assim, os apologistas de plantão falam em inovação, como se o mundo atual fosse regido por leis de um capitalismo concorrencial.

A indústria têxtil local confecciona peças de vestuários, em sua maioria, roupas externas elaboradas em tecidos planos e uma menor parte, em malhas, e desenvolve o ciclo produtivo desse segmento, que corresponde às seguintes etapas: design, confecção dos moldes, gradeamento, elaboração do encaixe, corte e costura. Essa última etapa, a da costura, é onde se concentra o grosso do trabalho produtivo é aquela em que se encontram as maiores limitações para a introdução de novas tecnologias.

Como em toda indústria têxtil convencional, nessa etapa, na qual a máquina de costura é o principal instrumento de trabalho, permanece a mesma problemática da dependência do processo produtivo à maior ou menor habilidade da mão-de-obra empregada e o seu ritmo. Apesar das mudanças já ocorridas pela separação de tarefas, confecção de peças isoladamente, que aumenta a produtividade do trabalho, avanços significativos não aconteceram em termos de tecnologia, principalmente no que diz respeito aos bens de capital.

A instalação de algumas indústrias calçadistas na região transformou-se em um novo delírio na mente febril de economistas baianos, que também enxergam com suas lentes de aumento, mais um pólo de desenvolvimento. Além de não se tratar de nenhum pólo, vejamos o que trouxeram tais unidades para o Estado da Bahia.

Apesar de a Bahia estar classificada como o oitavo estado brasileiro em efetivo de rebanho bovino e de ser o Sudoeste baiano o de maior destaque nesse segmento da pecuária estadual, não foram essas condições que viabilizaram, pela disponibilidade de matérias-primas, a estratégia de realocização de algumas unidades empresariais, de indústrias do ramo de calçados já existentes em outras macrorregiões do país. Ela se baseia em outros condicionantes que não podem ser enquadrados nos conceitos de mudanças de base técnico-produtiva, ou de vantagens competitivas dinâmicas, como admitidas por entusiastas da modernidade industrial baiana. Facilidades criadas pelos incentivos fiscais e creditícios e, principalmente, os baixos custos da mão-de-obra viabilizados por uma antiga estratégia de organização empresarial para as áreas periféricas determinam o “vai-e-vem” do movimento do capital em busca de melhores formas de acumulação, que tanto pode retornar aos padrões clássicos da primeira revolução industrial, como incorporar novos modelos de acumulação flexível, o que é bem mais difícil.

Da mesma forma que no setor têxtil, o setor calçadista é de trabalho-intensivo e ainda mais com a característica de que seus processos produtivos têm que se ajustar às especificidades da principal matéria-prima utilizada, não conseguindo, até então, incorporarem novas tecnologias em determinadas etapas da produção. A perspectiva de constituição de um pólo calçadista na região ainda não se realizou, desde que existem apenas duas unidades fabris: a Ramarim, em Jequié, e a Azaléia, em Itapetinga.

Os estudos de cunho mais propagandísticos feitos para o setor no Estado desenvolveram hipóteses sobre os impactos que essas indústrias criariam na região e nos municípios em estão localizadas. Para o caso da Azaléia, previa-se que o

investimento realizado “poderia promover um incremento no produto municipal entre 7% e 27% na sua microrregião” (CARNEIRO, 1999, p. 17). Admitia-se que isso levaria à expansão do comércio microrregional, notadamente na Cidade de Itapetinga, reduzindo, inclusive, a sua dependência em relação à Cidade de Vitória da Conquista e ao eixo Itabuna/Ilhéus. A criação de empregos, ainda para esses estudos, além de incrementar os comércios microrregional e municipal, com mudanças dos seus portes, redefiniria a massa salarial dos municípios em sua área de influência e a receita orçamentária de Itapetinga.

A expectativa posta por tais estudos era a de que essa unidade se transformaria no vetor dinâmico da economia microrregional, pois articularia uma cadeia produtiva com fortes integrações na região, criando, além dos impactos já citados, outros que mudariam a feição regional constituída. Ademais, ela estaria integrada a uma nova dinâmica sem os vícios ou “pontos negativos que existiram na experiência que a Bahia já teve com este tipo de empreendimento, o Distrito Industrial de Calçados, o DICA, que funcionou no Centro Industrial de Aratu”.¹

Como não é o pensamento que cria o mundo real, mas o seu inverso, a característica com que se estruturam as unidades fabris do ramo de calçados nos municípios da região, como é o caso da Azaléia, no Município de Itapetinga, visando atender, com sua produção, partes dos mercados regional, nacional e internacional, impede que as mesmas potencializem a acumulação de capital nessa região. Não adquirem bens de capital nem bens intermediários na região, sendo esses importados do Sul e Sudeste do país, têm como estratégia produtiva a redução de custos pelo rebaixamento do preço da força-de-trabalho e são apenas unidades isoladas para a produção de bens de consumo para assalariados, sem constituir um pólo setorial, em que pese às insistências de assim denominá-lo, com concentração de unidades produtivas que abrangeriam atividades diversas, indo da transformação do couro cru em matéria-prima, até o desenvolvimento do produto final. Essa característica de instalação dessa indústria manufatureira na região não aponta para a concretização das hipóteses formuladas pelos referidos estudos. Para que isso ocorresse, era neces-

sária a instalação de grandes conglomerados, onde se concentrariam espacialmente indústrias na região, que incorporariam o beneficiamento do couro, de matérias-primas para calçados sintéticos, embalagens, máquinas e equipamentos, além do produto final, tornando assim possível a agregação de valor.

Além dessas limitações, deve-se ressaltar que estudos mais aprofundados sobre esse setor mostram que os baixos investimentos em tecnologia, desenvolvimentos de processos e produtos, distribuição, definição de preço final e *marketing*, na quase totalidade dos casos, não estão sob o controle das indústrias nacionais de calçados. Esse conjunto representa, aproximadamente, 2/3 do valor do produto. Uma maior competição da indústria mundial, proporcionada pela abertura do mercado brasileiro, a exemplo da oferta de calçados procedentes da Argentina, Itália, China, Hong Kong, Coréia do Sul, entre outros produtores, torna ainda mais difícil a realização das expectativas de ser esse setor o vetor de alavancagem do desenvolvimento regional.

Ainda no setor de transformação, a agroindustrialização regional é de baixa produtividade no núcleo básico e, no geral, não há uma integração em cadeias produtivas. Dessa forma, a pecuária de leite regional não produz com qualidade, reproduzindo as mesmas deficiências da pecuária leiteira do Nordeste brasileiro. Onde existe uma integração produtiva, ocorre uma oferta de serviços por parte da agroindústria para o segmento produtivo de leite, tornando assim mais fácil a melhoria de sua eficiência. A sua baixa incorporação dentro da cadeia de produção de leite e seus derivados comprometeu essa atividade na região, que praticamente se resume à venda de leite *in natura*, não-processado. Quando se trata de produtos lácteos, o mercado regional é abastecido, principalmente, por fornecedores de outras regiões e mesmo de outros países.

Existe tão-somente uma unidade de maior porte para o processamento de leite *in natura* no Sudoeste da Bahia e, mesmo assim, opera com ociosidade, em relação a sua capacidade técnica de produção, dado as exigências dessa unidade agroindustrial e as características dos produtores regionais que, em sua maioria, são classificados como pequenos forne-

cedores, cuja disponibilidade de entrega de leite, por dia, é de 100 litros. A forma como se dá a captação do produto pela unidade agroindustrial restringe, ainda mais, a participação desses produtores no fornecimento de leite para beneficiamento. As outras unidades de beneficiamento de leite são pequenos fabricos sem maior importância no fornecimento de derivados lácteos, cujo mercado, altamente competitivo, requer estruturas produtivas com grande concentração de capital, ganhos maiores de escala e diversificação na oferta de produtos, para atender um consumidor cada vez mais exigente.

Para a transformação de outros produtos originários da agropecuária, algumas unidades agroindustriais, também de pequeno porte, operam na região e estão voltadas para o processamento de polpas de frutas frescas, torrefações de café, fabricos de cachaça e de farinha e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar, como também de beneficiamento do couro. Considerando a capacidade produtiva desses equipamentos, pode-se concluir que apenas uma pequena parte da produção agrícola regional passa por transformação agroindustrial, limitando a expansão do valor agregado na região.

Levando-se em conta a organização da produção agrícola regional e a formação de seu produto agrícola, o que acontece com essa economia é a sua manutenção dentro de padrões tradicionais de exploração da terra, tendo como referência maior a utilização de sistemas produtivos ultrapassados que, de uma maneira geral, não desenvolveram articulações à montante e à jusante das cadeias agroindustriais e cujos produtos não encontram mercados também mais amplos. Com relação ao mercado doméstico, é uma economia também restrita pelo baixo grau de agroindustrialização local de seus produtos. Apenas o leite conseguiu estruturar um encadeamento agroindustrial, mas ainda bastante superficial que, além de não incorporar um número significativo de produtores ao sistema de recebimento de leite fluido por parte das unidades de beneficiamento, não incorporou novos processos produtivos e não desenvolveu novos produtos, mantendo-se na linha da tradição da oferta de produtos bastante convencionais. Com exceção de uma empresa de maior porte, localizada em Itapetinga, o que existe, hoje,

na região, neste ramo da agroindustrialização, são pequenas unidades de processamentos de queijo, iogurte, manteiga e requeijão.

Do ponto de vista produtivo e de incorporação de valor, a problemática maior da região Sudoeste da Bahia é a manutenção de uma base econômica ultrapassada, voltada para um mercado interno bastante restrito e sem articulação de seus segmentos em cadeias produtivas complexas. Juntamente com uma má distribuição de renda tanto espacial como pessoal e setorialmente, elevada concentração do meio de produção terra, além de limitações infraestruturais, organizacionais e institucionais, a economia tem, nesses fatores críticos, suas principais restrições.

A manutenção das mesmas estruturas produtivas e organizacionais, como também a permanência das atuais políticas macroeconômicas nacionais e seu alinhamento exclusivo com o segmento dominante na política internacional, além da tendência de dominação do capital financeiro em nível mundial, são fatores restritivos a possibilidades de mudanças nas economias regionais, considerando-se que a expansão e transformação de unidades produtivas, inclusive industriais, não mais se baseiam no modelo clássico de dotação de fatores produtivos tradicionais e disponibilidade de infraestrutura básica. A substituição desse conceito clássico pelo de vantagens competitivas é apenas um exercício de retórica feito por professores e tecnocratas de velhas tradições.

As limitações internas e principalmente externas restringem cada vez mais a possibilidade de desenvolvimento regional, porque, dentro da atual hegemonia das forças políticas mundiais, o chamado mercado único impõe uma subjugação aos espaços periféricos, e as estratégias micro e macroeconômicas tornam-se cada vez mais limitadas, principalmente em uma situação na qual empresas domésticas são de baixa competitividade, o mercado interno é bastante limitado pela concentração de renda, e as políticas públicas são desfavoráveis para esses espaços.

CONCLUSÃO

Deve-se observar que essa feição da economia regional resulta de um modelo de desenvolvimento nacional que privilegiou, desde a formação do Estado brasileiro, através das políticas econômicas e sociais, determinados espaços e segmentos sociais. Tal modelo visava a expansão das regiões metropolitanas, deixando em segundo plano as demais regiões. E procurava garantir, através de políticas públicas, a manutenção do apoio dos segmentos sociais dominantes, como aconteceu durante o período do “milagre brasileiro”, constituindo um equívoco de política de desenvolvimento e de concepção de planejamento regional. O resultado foi a permanência, ao longo do tempo, de um agrarismo como a face de maior importância na organização econômica de algumas regiões, a exemplo do Sudoeste da Bahia, inclusive com o seu traço mais característico: o da permanência de uma agropecuária em base tradicional, garantida pela viabilização da política de crédito agrícola. A opção por esse modelo de desenvolvimento proporcionou um inchamento dos grandes centros urbanos, com marginalização de boa parte da população, incluindo-se nessa a que migrava do campo para a cidade.

A transformação na atual estrutura produtiva é inquestionável e tem de ser capaz de proporcionar um crescimento contínuo do produto regional, em taxas compatíveis com o crescimento de sua população. E o Sudoeste da Baiano não é uma exceção. Concomitantemente, é preciso que ocorra uma melhor redistribuição da riqueza gerada entre os diversos segmentos sociais.

A redefinição do atual modelo de apropriação e exploração da terra é imperativa, exigindo, inclusive, transformações no sistema de organização da produção. A estrutura agrária, na qual predomina, secularmente, a grande propriedade que desenvolve atividades com baixa produtividade, elevada ociosidade da terra e limitações na ocupação da força de trabalho, requer mudanças que precisem superar uma ação tão-somente agrodistributivista, como vem acontecendo com o programa de reforma agrária, mas que incorporem novas unidades produtivas familiares, com disponibilidades de acessos aos recursos

econômicos, tecnológicos, educacionais etc., para que possam viabilizar a existência da cidadania no campo.

A introdução desse novo segmento social na organização da produção agrícola do Sudoeste da Bahia, as unidades familiares integradas em cadeias produtivas agroalimentares modernas, capazes de expandir a produção e de integrá-la com a pequena e média agroindústria, com o artesanato e com alguns serviços, proporcionarão uma combinação de multiatividades com diversificação da produção, incorporação de valor, geração de renda, aumento do nível de emprego e melhores condições de vida. Transformação produtiva no meio rural com equidade seria, de acordo com novos atores sociais, uma mobilização de recursos ociosos que permitam o acesso ao meio de produção terra, redistribuição de renda, melhoria da qualidade de vida, incorporação de tecnologias nas atividades produtivas dos pequenos agricultores e uso racional dos recursos naturais.

Uma nova dinâmica na economia regional passa, assim, por uma superação do modelo de desenvolvimento no campo, baseado em uma “modernização conservadora”, na qual cabe, também, um papel para a grande unidade produtiva moderna, em atividades que só podem ser competitivas com grande concentração de capital, que mesmo sendo redutora, em termos de geração de emprego direto, tenderão criar externalidades, o que é de muita importância para a economia regional.

Para o setor secundário, a sua expansão não diz respeito à proximidade de fontes de matérias-primas, ou melhor, combinação de fatores de produção, mas, à possibilidade de complementariedade e interação produtivas, o que exige economias de aglomeração e cuja decisão faz parte da lógica do capital. A região é agora apenas o espaço de sua localização. Oferta de mão-de-obra qualificada, acesso a insumos de melhor qualidade com fornecimento constante, além de mercado consumidor em uma escala ampliada são determinantes fundamentais para a instalação de indústrias e dinamização setorial e estes fatores não necessariamente guardam uma relação com o espaço local. Melhorias na infra-estrutura física e de serviços contribuem para a atração de algumas indústrias, mas

as vantagens comparativas clássicas não são mais os definidores de locação de capital.

As indústrias localizadas na região, fundamentalmente produtoras de bens de consumo-salário, foram aí instaladas em função dessas vantagens comparativas tradicionais, notadamente pelos incentivos e subsídios governamentais, que são cada vez mais limitados, em termos de sua disponibilidade generalizada para todos os ramos e espaços.

Além da fragilidade das indústrias locais, no sentido de atualização tecnológica e de novas formas de organização, elas passaram a competir com grandes conglomerados multinacionais que operam no mercado mundial, face à política de abertura descontrolada do mercado doméstico, que impera por aqui, desde o início dos anos 90. Inversamente, políticas protecionistas em mercados externos, a exemplo do que vem ocorrendo com os Estados Unidos, União Européia e mesmo o Mercosul, restringem as exportações de produtos locais.

Uma outra grande limitação para o desenvolvimento regional está relacionada com a condução das atuais políticas econômicas e sociais. Observa-se que a crise instalada nos últimos anos teve rebatimentos distintos, em relação a regiões, setores econômicos e segmentos sociais. Apesar da mobilização de recursos privados para alguns espaços regionais, principalmente em função da guerra dos incentivos governamentais, está ocorrendo uma reconcentração dos investimentos no Centro-Sul do país, dificultando uma reestruturação espacial da economia nacional e, conseqüentemente, marginalizando, cada vez mais, as populações dos espaços periféricos mais atrasados. Esse fato leva a uma maior aplicação dos investimentos públicos nas áreas tradicionais, permanecendo a ciranda viciada da locação desses recursos, que conduz para uma maior diferenciação entre os espaços nacionais e suas populações.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Roberto Antônio F. Os novos investimentos calçadistas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI. Bahia 2000. Salvador, 1999, 382 p.

CASTRO, Antônio Barros de O Nordeste e a Bahia no contexto criado pelo Plano Real. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. O Nordeste e a nova realidade econômica. Salvador, 1995. (Série Estudos e Pesquisas).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL-CAR (BA). Espaço e Indústria no semi-árido baiano. Salvador, 1995. (Série Cadernos CAR, 13).

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia. Salvador, 1998.

_____. **Industrialização na Bahia**: construindo uma nova estratégia. Salvador. Salvador, 1995.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural, n. 181 e 182, maio-jun e jul-ago., 1999.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETO E ESTUDOS – CPE. Bahia: reconstrução e integração dinâmica. Salvador, 1991.

MENEZES, Vladson Bahia. **A economia baiana**: desafios, óbices e perspectivas. Bahia Análise e Dados. v. 5, n.3. Salvador: SEI, 1995.

MONTORO FILHO, André Franco. Opções estratégicas. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. (Org.). **A nova estratégia industrial e tecnológica**: O Brasil e o mundo da III Revolução Industrial, Brasília: José Olympio, 1990.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. Sudoeste da Bahia: perfil sócioeconômico. Vitória da Conquista, 1996. 124 p. (Documento 1).